

http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:OLp8e7zghyoJ:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF%3FpCodAndamento%3D29437771+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a%3C%A7%C3%A3o+civil+p%3C%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8

0272900-28.2007.5.04.0741 (RO)

Redator:

VANDA KRINDGES MARQUES

Data:

29/10/2008 **Origem:**

Vara do Trabalho de Santo Ângelo

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERVALO INTERJORNADAS. REDUÇÃO. NORMA COLETIVA. Por se tratar de norma de ordem pública indisponível, que visa resguardar a saúde e higidez do trabalhador, o intervalo interjornadas de 11 horas, previsto no art. 66 da CLT, não pode ser reduzido por norma coletiva. Recurso parcialmente provido.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo Exmo. Juiz Ivanildo Vian, da Vara do Trabalho de Santo Ângelo, sendo recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e recorridos **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO PRIVADO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINTEEP-NOROESTE/RS E SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIVADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINEPE/RS.**

O **autor**, inconformado com a sentença das fls. 474-9, interpõe **recurso ordinário** às fls. 485-98, pugnando pela declaração de invalidade de cláusula normativa que dispõe

acerca da redução do intervalo interjornadas, sob pena de multa, bem como pela condenação dos réus à obrigação de publicar nota com pedido de desculpas.

Sem contra-razões, vêm os autos para julgamento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERVALO INTERJORNADAS. REDUÇÃO. NORMA COLETIVA.

Ao argumento de o intervalo de 11 horas entre jornadas, insculpido no art. 66 da CLT, tratar-se de norma de ordem **pública**, de caráter imperativo e indisponível, que busca a salvaguardar a higiene, saúde e segurança do trabalhador, requer o Órgão do Ministério Público do Trabalho a declaração de invalidade de cláusula normativa que dispõe acerca da redução de tal intervalo. Pretende, ainda, seja fixada multa para o caso de descumprimento, bem como sejam os réus condenados a publicar nota com pedido público de desculpas.

Examina-se.

As Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelos réus, em sua cláusula 52, § 2º, assim dispõem:

“52. INTERVALO INTERJORNADAS E INTRAJORNADAS.

As instituições de ensino poderão adotar jornada de trabalho nos turnos da manhã e noite.

(...)

§ 2º. Na hipótese de adoção da jornada prevista no caput, respeitado o limite estabelecido no parágrafo primeiro, o período de descanso previsto no artigo 66 da CLT poderá ser inferior a 11 (onze) horas consecutivas, desde que seja, no mínimo, de 9 (nove) horas consecutivas.”

Entendeu o Juiz *a quo* que tal disposição não viola direitos mínimos dos trabalhadores, pois consubstancia-se em possibilidade de adaptação das categorias (econômica e profissional) aos seus interesses específicos, mormente se considerada a alternativa de extensão do intervalo intrajornada para descanso e alimentação, prevista no § 1º da supracitada cláusula.

Data vênia do entendimento do Julgador de primeiro grau, tem-se, inicialmente, que, em decorrência da hierarquia das normas trabalhistas, não se pode admitir que disposições estabelecidas em negociação coletiva prevaleçam sobre as de origem estatal, tais como as previstas na Constituição Federal e na CLT, por exemplo. As normas de direito estatal garantem ao trabalhador o denominado “contrato mínimo”, sobre o qual não se pode transigir mediante negociação coletiva ou individual.

Nesse sentido, ensina Amauri Mascaro do Nascimento que *“O direito estatal confere garantias mínimas aos trabalhadores, respeitadas como os patamares sobre os quais se edifica garantia legal que lhes é conferida, abaixo dos quais não serão situados”* (Curso de direito do trabalho : relações individuais e coletivas do trabalho / Amauri Mascaro do Nascimento - 23 ed. ver e atual. - São Paulo : Saraiva, 2008, fl. 313).

Outrossim, entende-se que o intervalo entre jornadas de 11 horas previsto no art. 66 da CLT não comporta redução mediante norma coletiva, por ser norma de ordem **pública**, de natureza cogente e indisponível. Com efeito, seu efetivo cumprimento visa não só proteger a saúde, segurança e higidez do trabalhador, como ainda permite a integração pessoal do obreiro com sua família.

Ressalte-se, aliás, que, ao contrário do que a lei dispõe acerca do intervalo intrajornada, o qual pode ser reduzido quando houver prévia autorização do Ministério do Trabalho (art. 71, § 3º, da CLT), no que tange ao intervalo interjornadas sequer tal possibilidade foi permitida pelo legislador.

Destarte, não pode cláusula normativa reduzir o intervalo interjornadas previsto no art. 66 da CLT.

Aplica-se, ao caso, por analogia, o entendimento pacificado na Súmula nº 38 deste Regional e na Orientação Jurisprudencial nº 342 da SDI-I do TST, esta dispondo:

“Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Não concessão ou redução. Previsão em norma coletiva. Validade. É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem **pública** (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inofensivo à negociação coletiva”.

Colaciona-se, ainda, acórdão proferido pela 6ª Turma do C. TST, corroborando tal entendimento:

“RECURSO DE REVISTA. INTERVALO ENTRE JORNADAS. ARTIGO 66 DA CLT. -O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional-. Inteligência da Orientação Jurisprudencial nº 355 da SBDI-1. Não há falar em afronta aos arts. 7º, XXVI e 8º, VI, da CF, tendo em vista a aplicação analógica da Orientação Jurisprudencial nº 342 da SBDI-1, pois não prevalece a convenção coletiva de trabalho quando põe em risco a higiene do trabalhador. Recurso de revista não conhecido.” (Ac. nº 289/2004-094-15-00.8, publicado em 16.04.2008, de lavra do Min. Horácio Senna Pires).

No que tange à condenação dos réus a formular pedido público de desculpas, carece esse de amparo legal, razão pela qual não merece acolhida.

Nesses termos, dá-se parcial provimento ao recurso ordinário do autor, para determinar que os réus abstenham-se de inserir cláusula que autorize a redução do intervalo interjornadas de 11 horas, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 15,00 (quinze reais) por trabalhador, em caso de descumprimento.

Em face do decidido, reverte-se o ônus das custas aos réus, que por elas responderão de forma solidária.

Ante o exposto,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: **Por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso ordinário do autor, para determinar que os réus abstenham-se de inserir cláusula que autorize a redução do intervalo interjornadas de 11 horas, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 15,00 (quinze reais) por trabalhador, em caso de**

descumprimento. Custas revertidas aos réus, que respondem de forma solidária. Valor da condenação fixado em R\$ 3.000,00 para os fins legais. Custas de R\$ 60,00, pelos reclamados.

Intimem-se.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2008 (quarta-feira).

DES.^a VANDA KRINDGES MARQUES
Relatora